

MONTEIRO, Jaecyr — *Nacionalização do Ensino* — Florianópolis.
Editora da Universidade Federal de Santa Catarina,
1984, 116 p.

O Estudo sobre a Nacionalização do Ensino em Santa Catarina, tem por objetivo demonstrar a preocupação que esta problemática trouxe às autoridades constituídas e, de um modo especial, àquelas relacionadas com o ensino no Estado. O autor tem como meta neste trabalho estudar a extensão do problema, procurando suas origens e concluir sobre o alcance das medidas postas em prática pelo governo federal e, sobretudo, no que diz respeito à atuação das autoridades educacionais de Santa Catarina.

A obra trata especificamente da colonização alemã no Estado de Santa Catarina. Segundo o autor, a chegada dos primeiros imigrantes germânicos data de 1829. Instalaram-se inicialmente no município de São José, adjacente à capital do Estado. Fundaram a primeira colônia, São Pedro de Alcântara, como a ajuda organi-

zacional do governo do Estado. Em meados do século XIX chegaram a Santa Catarina outras caravanas, que se dirigiram ao Vale do Itajaí e ao Norte do Estado, criando-se entre outras as colônias de Blumenau, Brusque e Dona Francisca. O sucesso dos núcleos iniciais atraiu a vinda de um maior número de alemães que posteriormente deram origem a outras colônias.

Dado ao fecundo e incessante trabalho destes imigrantes e associado também à fertilidade do solo, outros imigrantes como italianos, poloneses, russos e austríacos foram atraídos. Tentando delimitar o trabalho, o autor estuda a nacionalização do ensino apenas nas áreas da colonização alemã no Vale do Itajaí e no Norte do Estado.

As vias de comunicação entre estes núcleos eram precárias e não houve qual-

quer iniciativa governamental no sentido de equipar essas comunidades com escolas capazes de integrá-los através da aprendizagem da língua portuguesa.

Como extensão de suas pátrias, as colônias criaram suas próprias escolas, o que assegurava a preservação dos antigos costumes e tradições.

Os filhos destes colonos passaram a receber nas escolas ensinamentos diferentes das tradições nacionais e que não se coadunavam com os princípios básicos da nacionalidade brasileira, o que contrariava as prerrogativas da constituição imperial de 1824.

Assim, as primeiras letras, as ciências e as artes eram ensinadas em língua alemã, mesmo para as crianças brasileiras.

Com a falta de controle e apoio do próprio governo estas escolas estrangeiras proliferaram, deixando nossas crianças alienadas do nosso idioma, da nossa história bem como da nossa cultura.

A preocupação governamental concreta com a nacionalização do ensino se deu por parte do governo brasileiro somente em 1919 com a criação da 1ª Inspeção de Nacionalização do Ensino.

Graças às coordenadas dadas pelo Estado Novo, o governo do Estado de Santa Catarina montou um aparato educacional capaz de colher resultados positivos nas áreas de colonização estrangeira.

A obra é constituída por quatro capítulos. No primeiro o autor demonstra que as colônias alemãs se localizavam entre o litoral e o planalto, não recebendo apoio financeiro do governo estadual e federal, bem como estímulo à integração desses núcleos às comunidades brasileiras. Assim essa indiferença por parte do governo permitiu a ampliação deste hiato e conseqüentemente a consolidação do isolamento destas colônias. O agravamento

desta situação provocou o surgimento de instituições que em tudo se assemelhavam àquilo que os colonos trouxeram da Europa.

No segundo capítulo o autor aponta os reflexos da política europeia nas áreas de colonização alemã do Estado de Santa Catarina. Descreve ainda o aparato de espionagem montado pela Alemanha em território brasileiro, concluindo sobre a atuação do Partido Nazista junto a instituições nacionais brasileiras. Descrevendo ainda a influência exercida por estas lideranças nas diversas colônias catarinenses que visavam atrair a fidelidade aos ideais nazistas.

No capítulo terceiro o autor analisa a política educacional do Estado de Santa Catarina, fazendo um estudo da legislação escolar da época.

O autor procura demonstrar que "desde o século XIX existiu uma preocupação em aprimorar o sistema de ensino na província de Santa Catarina através de uma série de reformas.

Estas reformas não atingiram, contudo, suas finalidades dada a precariedade de condições materiais existentes na província.

Em meados do século passado, diz o autor, na capital a instrução primária apresentava um certo progresso; progresso esse atribuído ao espírito inovador da Escola de Instrução Primária. Contudo, o número de escolas era inexpressivo e um reduzido número de alunos as frequentava.

O número reduzido de escolas, o pouco interesse dos pais e professores, a falta de recursos das famílias, o envolvimento precoce da criança em atividades econômicas e as grandes distâncias entre as residências dos alunos e a escola são apontados como principais fatores dessa situação.

Quanto à nacionalização do ensino em Santa Catarina, foi sem dúvida o decreto-lei nº 88 de 31 de março de 1938 o grande propulsor durante o Estado Novo.

Em seu artigo 7º o decreto-lei nº 88 determinava algumas obrigações aos estabelecimentos de ensino particular para a aplicação da política nacionalizadora nas áreas de colonização do Estado. Entre essas obrigações o autor destaca: “dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primários, primário e complementar adotar livros aprovados oficialmente; usar exclusivamente a língua nacional, quer na escrituração, quer em tabuletas, cartazes, avisos, instruções ou disticos; ter sempre ensaiados os hinos oficiais, homenagear aos sábados a Bandeira Nacional e organizar bibliotecas de obras nacionais para os alunos e apresentar anualmente ao Departamento de Educação relatório das atividades desenvol-

vidas”.

O quarto capítulo mostra a atuação das autoridades militares e educacionais no processo de nacionalização.

No que se refere ao combate aos ideais Nazistas, a ação foi militar e do DOPS. Quanto ao ensino coube ao Departamento de Ensino a atuação direta.

Pelo que podemos observar a transmissão das tradições germânicas tanto na escola como nas comunidades não se tratava de uma resistência ou predisposição em burlar a política de nacionalização e sim o próprio desconhecimento das tradições e da cultura brasileira. O processo pedagógico na nacionalização do Ensino não foi bem conduzido.

Cremos que ao invés de punir tais práticas, o governo deveria incentivar a integração de grupos ou núcleos de população brasileira e o ensino da nossa cultura aos núcleos estrangeiros.

Carlos Cesar Souza